

Reunião Ordinária do Colegiado Departamental

No dia 14 de dezembro de 2023, às 14 horas, teve início a reunião ordinária do Colegiado Departamental do DESU referente ao mês de dezembro. A reunião foi presidida pela diretora do Departamento, professora **Elizabeth Serra Oliveira**. Participaram da mesma: os representantes dos docentes **Maria Inês Azevedo, Mário Missagia e Gustavo Sousa**; a representante da Direção Geral, **professora Luciane Cruz**; os representantes dos segmentos alunos e técnicos administrativos/Intérpretes justificaram sua ausência. Inicialmente, a professora Elizabeth Serra agradece aos conselheiros cujo mandato se encerra ali, tendo se dedicado de forma incansável nestes dois anos. A diretora do DESU parabeniza também a comissão permanente de ingresso pelo vestibular realizado, o qual conseguiu preencher as trinta vagas reservadas para alunos surdos. Passando aos informes, a professora Elizabeth Serra relata que em seu contato com o Fórum Nacional dos Diretores de Faculdades, Centros de Educação (Forum DIR), teve notícias da grande mobilização nacional em defesa da manutenção da Resolução CNE número 2, de 1 de Julho de 2015. Segundo a diretora, o CNE mantém atualmente posições alinhadas àquelas predominantes na gestão federal anterior e que, por esta razão, mesmo as alterações propostas para a resolução CNE nº 2, de 20 de dezembro de 2019 não representavam o atendimento ao pleito das instituições filiadas ao Fórum DIR. A professora destaca ainda que estas mudanças podem representar também alterações na carga horária presencial dos cursos EaD. Com base nestes pontos, a diretora do DESU destaca que, em sua avaliação, qualquer mudança curricular deve aguardar. Esta estratégia inclusive estaria sendo seguida por diversas instituições, também no tocante a curricularização da extensão. Em seguida, a professora Aline Lage apresenta os informes da CPA. Segundo a integrante da CPA esta comissão teria já realizado reuniões com a Direção Geral do INES, a fim de obter as condições necessárias para realizar seu trabalho no âmbito de toda a instituição. A professora informa ainda que os questionários da CPA 2023 referentes a discentes e egressos (pela primeira vez aplicado pela CPA) já foram distribuídos, assim como os questionários referentes a técnicos e docentes o foram na sequência. A professora informa ainda que será necessário realizar eleições para novos membros da CPA, a fim de substituir os membros da comissão que se ausentaram. Após os informes, como primeiro ponto de pauta, a diretora do DESU coloca em votação a homologação da eleição dos novos membros do colegiado departamental. **A homologação do processo é aprovada por unanimidade, tomam posse desta forma os seguintes representantes docentes: José Renato Baptista, Maria Inês Azevedo, Aline Lage, como suplentes são eleitos Priscila Cavalcante e Neila Bernasconi. Para representar os Técnicos é eleita Mirela Gusmão, não houve suplente eleito. Para representação dos alunos é eleita Rita Lobato, com a suplência de Douglas Lima e Alexandre Silva.** O professor José Renato Baptista pede a palavra para agradecer os votos. O professor reafirma sua independência em relação à gestão, se comprometendo com os interesses da categoria que representa. A professora Elizabeth Serra informa que o Técnico Renato Tadeu solicitou a inclusão de um ponto na pauta e solicita que os conselheiros presentes avaliem a possibilidade deste ser incluído. Sem oposição por parte de nenhum

conselheiro, o Técnico apresenta como **proposta a realização de um curso de capacitação para os TILs, a ser realizado no período de recesso de julho de 2024.** Este curso seria elaborado por uma comissão composta por Edécio Lima, Renato Tadeu, Simon Reckelberg, Priscila Oliveira, Priscila Cavalcante e outros servidores que vierem a se candidatar até o colegiado de fevereiro. **A formação da comissão foi aprovada por unanimidade.** A Professora Elizabeth Serra passa então a palavra à Professora Mariza Amoussou, que apresenta o último ponto de pauta previsto para o dia: diretrizes para curricularização da extensão no PPC do curso de pedagogia presencial. A coordenadora de Extensão do DESU inicia sua fala apresentando as exigências interpostas pela Resolução CNE 007/2018, que normatiza os cursos de extensão. Dentre elas a professora destaca a provisão de 10% da carga horária total do curso ofertada como extensão, na qual o aluno deve ser protagonista. A coordenadora destaca ainda que no caso dos cursos na modalidade EaD, seria necessário pela legislação realizar a oferta presencialmente, nos polos. A professora Neila Bernasconi interroga os presentes sobre o significado do protagonismo do aluno, colocando em questão se deve ser ele a oferecer a extensão para a comunidade. A professora Yrlla Ribeiro reflete que em sua leitura do documento não compreende que este protagonismo implique no aluno necessariamente ocupar a condição de proponente da atividade de extensão. O professor Gustavo Sousa, discordando da fala anterior, e avalia que se fosse o professor o proponente da atividade de extensão, a curricularização haveria sobreposição entre as atividades de extensão não curriculares e as curriculares que agora passam a ser necessárias. A professora Elizabeth Serra entende que cabe ao professor orientar as atividades, mas que a Resolução exige que conste como proponente o aluno. A professora Marisa retoma a palavra e pontua a importância de se distinguir entre horas complementares e as atividades de extensão. No entanto, segundo a coordenadora, parece ser prática recorrente entre cursos de pedagogia passar a considerar disciplinas como atividades de extensão, com forma de atender as exigências legais. A professora Maria Inês Azevedo pondera sobre a forma como esta questão está sendo conduzida, entendendo que a presente discussão diz respeito ao NDE, devendo ser conduzida neste núcleo antes de ser trazida ao colegiado. A professora Yrlla Ribeiro, coordenadora pedagógica, expressa sua apreensão quanto a possibilidade da emissão futura de diplomas de alunos do DESU ser afetada caso a implementação da curricularização da extensão não seja realizada. Para a professora este risco é inaceitável. Mario Missagia retoma a discussão sobre reforma curricular que vem sendo realizada no NDE ao longo do ano de 2023. Para o coordenador do curso de pedagogia a curricularização da extensão vem a se somar com uma demanda do curso, integrar a oferta de extensão a grade do curso, permitindo que os alunos possam participar dessas atividades, assim como das atividades de pesquisa, dentro do horário em que estão no INES. Neste sentido o professor não vê a Resolução como caminhando na direção oposta àquela traçada pelos professores em NDE, no entanto o alerta quanto a questão dos diplomas o faz defender que a contabilidade das horas de extensão no histórico do aluno deve ter início já em 2024, como uma

forma de transição para o modelo a ser adotado após a implementação da reforma curricular. **A professora Elizabeth Serra, diante do grande debate, encaminha a formação de uma comissão para aprofundar o debate sobre este tema. Se candidatam para formar esta comissão os professores José Renato Baptista, Valéria Campos, Marisa Moussou e Neila Bernasconi, bem como o aluno Douglas Lima. A professora Elizabeth Serra inclui também os coordenadores de curso e pedagógico como membros natos. A criação da comissão é aprovada por unanimidade.** Sem mais pontos de debates, a reunião foi encerrada às 17 horas e 10 minutos. A presente ata foi lavrada pelos docentes Mario Missagia.

Elizabeth Serra Elizabeth Serra

Maria Inês Azevedo Maria Inês Azevedo

Gustavo Sousa Gustavo P. de Sousa

Mario Missagia Mario Missagia

Luciane Cruz _____